



Os que conhecem, conhecem bem: teoria do ponto de vista e arqueologia de gênero

Alison WYLIE



RESUMO

Neste artigo, argumento que – ao expor o androcêntrico do sistema referencial de suposições consideradas como óbvias e levantando a questão da confiabilidade de normas entrenchadas de justificação – a arqueologia de gênero é mais bem entendida como uma forma de construtivismo social relutante. Ela expõe inadvertidamente a contingência de compromissos fundacionais, do conteúdo e da prática, que se presumiu serem neutros com respeito aos interesses situados dos praticantes, contextualmente independentes e trans-historicamente estáveis. Mas longe de minar fatalmente a objetividade do empreendimento, argumento que essas implicações mais radicais da arqueologia de gênero ilustram o valor da análise construtivista social como um recurso epistêmico. Deve-se atentar para o papel epistêmico positivo que ela pode ter como catalise para os tipos de crítica transformadora que são essenciais para o bom funcionamento da ciência. Argumento que um compromisso com a análise construtivista em curso deveria ser um componente central das concepções procedimentais da objetividade que levam a sério a necessidade de mobilizar ao invés de marginalizar os diversos recursos epistêmicos dos conhecedores situados.

PALAVRAS-CHAVE • Arqueologia de gênero. Objetividade. Teoria do ponto de vista. Filosofia feminista da ciência. Construtivismo social.

A pesquisa de gênero em arqueologia tem sido um campo de crescimento vigoroso desde o início dos anos 1990 mas, apesar das afinidades óbvias com os programas de pesquisa explicitamente feministas que tomaram forma em campos afins a partir da década de 1960, e apesar dos compromissos feministas de suas fundadoras, ela foi marcada por uma ambivalência persistente em relação a suas associações feministas. No decorrer da década das primeiras conferências e publicações importantes, vários defensores proeminentes da “arqueologia de gênero” deixaram explícitas suas reservas; rejeitaram *in totum* a viabilidade de um programa de pesquisa informado por compromissos feministas com base em que essa intrusão de valores políticos não podia senão reduzir o alcance e minar a credibilidade do empreendimento.

No centro dessa postura antifeminista na arqueologia de gênero há uma tensão que pretendo interrogar. Seus defensores ao mesmo tempo confiam e rejeitam os

recursos de um ângulo de visão distintamente baseado no gênero – e, no caso de seus fundadores, de um ponto de vista explicitamente feminista – que trouxeram claramente à tona uma ampla gama de suposições androcêntricas e etnocêntricas relacionados a papéis e relações de sexo/gênero que, no passado cultural, permaneceram despercebidas. Ao catalisar projetos corretivos que visavam corrigir esses vazios e distorções, os arqueólogos de gênero levantaram novas questões que vão muito além da documentação dos “sucessos, vítimas e contribuições das mulheres” (Harding, 1986, p. 30-1), questões que reconfiguram a agenda de pesquisa de forma produtiva e imprevista. Nesse processo, eles questionam não apenas as afirmações manifestadamente problemáticas geradas por uma “má ciência [arqueológica]” mas alguns dos mais conceituados trabalhos no campo (cf. Harding, 1986, p. 102-5), abalando a confiança de que a pesquisa arqueológica corrente é capaz de autocorrigir-se. Em particular, suas contribuições a um só tempo críticas e construtivas questionam a convicção de que o conhecimento confiável é melhor obtido se excluir rigorosamente a influência de valores e interesses contextualizados, tais como os feministas, cultivando uma posição livre de valores, isenta de perspectiva: “um olhar de lugar nenhum” (cf. Nagel, 1986).

Meu argumento é que, ao expor o androcentrismo – com efeito, em alguns casos, o sexismo explícito – tomado como óbvio no sistema referencial de suposições, e questionando a confiabilidade de arraigadas normas de justificação, a arqueologia de gênero é melhor compreendida como uma forma de construtivismo social relutante. Inadvertidamente, ela expõe a contingência de compromissos fundacionais, de conteúdo e prática, supostamente tidos como neutros em relação aos interesses localizados dos praticantes, independente do contexto e trans-historicamente estáveis. No entanto, longe de comprometer fatalmente a objetividade do empreendimento, eu argumento que essas implicações mais radicais da arqueologia de gênero ilustram o valor da análise construtivista social como recurso epistêmico. Devemos estar atentos ao papel epistêmico positivo que ela pode desempenhar como catalise para os vários tipos de crítica transformadora (cf. Longino, 1990, p. 73-4), essenciais para o bom funcionamento da ciência. Eu argumento que um compromisso com a análise construtivista em curso deve ser um componente central de concepções procedimentais da objetividade que levam a sério a necessidade de mobilizar em vez de marginalizar os diversos recursos epistêmicos dos conhecedores localizados.

Começo por caracterizar o que entendo por “construtivismo social” para, em seguida, voltar-me para um breve histórico da “arqueologia do gênero de gênero (*gender genre*)” (Conkey & Gero, 1997) tal como surgiu no início dos anos 1990. Do mesmo modo que em outros contextos, os atraídos pela arqueologia de gênero eram predominantemente mulheres, embora a maioria não estivesse primariamente motivada por um envolvimento pré-existente com o ensino ou o ativismo feministas. A partir de comentários de época e resultados de uma pesquisa (*survey*) que realizei em 1991

(cf. Wylie, 1997), sugiro que as arqueólogas de gênero foram inspiradas por sua experiência interna enquanto profissionais e externa enquanto gênero, em um campo em rápida mudança demográfica; elas articularam o que Marsha Hanen e Jane Kelley descrevem como “sensibilidade de gênero (...) a movimentos sociais” mais do que uma postura feminista (cf. 1992, p. 199, 203). A seguir, apresento uma análise das ansiedades epistêmicas acerca dos “excessos” feministas na arqueologia de gênero, que foram explicitados uma década depois. No contexto de um debate acentuadamente opositor envolvendo os ideais a-perspectivos de objetividade ainda dominantes, algumas arqueólogas de gênero defenderam sua credibilidade epistêmica, negando que essa experiência localizada influenciasse de algum modo sua prática de pesquisa ou seu julgamento enquanto arqueólogas. Eu argumento que essa postura é internamente contraditória e autolimitadora, e concluo com uma provocação e uma proposta. Ao invés de capitular diante de críticos que condenam sua pesquisa como comprometida com interesses contextuais, as arqueólogas de gênero deveriam reavaliar os ideais a-perspectivos de objetividade invocados por esses críticos. Eu delinheiro um conjunto alternativo de ideais epistêmicos, recorrendo à teoria do ponto de vista feminista e a relatos processuais da objetividade que tomam como ponto de partida o reconhecimento da natureza situada da investigação.

1 GÊNEROS DE CONSTRUTIVISMO SOCIAL

Ian Hacking oferece um corretivo instrutivo ao acalorado debate acerca das reivindicações “construtivistas sociais”; o que elas têm em comum, diz ele, é menos um conteúdo em comum do que um ponto em comum. Elas colocam em discussão a inevitabilidade, a necessidade, a incontestabilidade do seu objetivo; estabelecem que ideias, objetos (sociais ou naturais) e ideais reguladores admitidos como certos podiam ser de outra forma (cf. 1999, cap. 6, p. 21-4). Hacking refere-se aos últimos como “palavras-elevadores”: termos de “acepção semântica”, tais como “verdade”, “fatos”, “realidade” (cf. 1999, p. 22-3). Aqui, meu foco é um exemplo paradigmático de “palavra elevador” epistêmica: “objetividade”. Hacking também distingue vários graus de “compromisso” construtivista, desde as demonstrações descritivas de contingência, que ele descreve como “históricas”, até as formas cada vez mais aguçadas de julgamento normativo (cf. p. 19-21). Os graus mais fortes de construtivismo incluem análises de desmascaramento que, no lado mais comedido do espectro, visam uma reforma intelectual e, no radical, exigem uma ação revolucionária. Revestem uma demonstração de contingência com uma atitude irônica em relação à ideia, situação ou ideal regulador, tidos como certos, minando sua autoridade; ou o condenam, insistindo que estão ultrapassados ou devem ser substancialmente transformados. Eu proponho duas

extensões dessa análise. Uma delas é reconhecer uma gama mais ampla de estratégias para estabelecer as reivindicações construtivistas do que as genealogias “históricas” com as quais Hacking identifica o grau descritivo de construtivismo. A outra é considerar a dinâmica pela qual as demonstrações da contingência de ideias particulares ou de objetos de pesquisa aparentemente inócuos e alheios a juízos de valor levantam questões mais profundamente desestabilizadoras e inevitavelmente normativas sobre o *status* das normas de julgamento e representação subjacentes, invocadas pelas “palavras-elevadores” que garantiram sua aparência de incontestabilidade.

Identifico três estratégias-padrão para estabelecer outros modos eventuais de ser de um alvo de análise construtivista:

- (1) HISTÓRICO/GENEALÓGICO: a contingência é documentada na formação e na evolução de uma ideia, objeto ou ideal regulador particulares; o que é agora tido como certo nem sempre foi assim e, por implicação, não necessita ser assim.
- (2) COMPARATIVO: a análise contextual comparativa estabelece que um modo de ser ou representar, ou uma “palavra elevador” supostamente invariante adquire, de fato, formas diferentes nos diversos contextos.
- (3) EXPLANATÓRIO: o delineamento de uma infraestrutura – mecanismos de sustentação ou armação – estabelece que o supostamente inevitável depende de condições, elas próprias, contingentes.

Estas estratégias de análise não são excepcionais; fazem parte do cotidiano das ciências históricas e sociais. Mesmo quando a intenção não é desmascarar ou desafiar várias de nossas suposições, os modos de investigação convencionais identificam rotineiramente contingências onde menos se espera, descortinando desafios construtivistas que surpreendem e inquietam. Considerem-se dois estudos históricos de ideais da “objetividade” nos quais essas diversas estratégias podem ser observadas em operação, e que ilustram a força radicalizadora das análises construtivistas inicialmente circunscritas ao alvo e grau. Em *Objectivity*, Lorraine Daston e Peter Galison (2007) desmascaram a contingência de ideais fundacionais da objetividade com aparente ironia e intenção desestabilizadora quando mostram a dramática alteração de significado que estes ideais sofreram no tempo e em contextos diversos, identificando os fatores que desempenharam um papel na reconfiguração e sustentação desses ideais. Aqui, é de particular relevância o relato que apresentam da formação bastante diferenciada de um ideal “a-perspectivo” da objetividade no final do século XIX, com sua ênfase no combate à intrusão do viés individual na observação e análise. Essa recusa de confiabilidade às refinadas habilidades interpretativas de uma elite científica – indivíduos capazes de apreender as “formas subjacentes” universais que se aproximam de um ideal de “verdade da natureza” (Daston & Galison, 2007, p. 60) – tornou-se necessária

pelos desafios de comunicação e coordenação de esforços à medida que se expandiam as comunidades científicas em escala e diversidade, e tornou-se possível pelas tecnologias da revolução industrial (cf. Daston, 1992). A genealogia de Daston e Galison coloca no centro de atenções não apenas a instabilidade histórica dessa resultante “*trouser word*”,¹ mas também uma vasta gama de interesses e rivalidades contingenciais, instituições e contextos sociais, recursos técnicos e convenções de representação que originaram suas sucessivas rearticulações.

Peter Novick (1988), em um estudo das fortunas cíclicas dos ideais de objetividade no exercício da profissão de historiador norte-americano, comenta do mesmo modo sua contingência histórica e fornece um minucioso relato do que era exigido, sob a forma de políticas nacionais, instituições profissionais, mecanismos disciplinares de autocontrole e condições sócio-políticas mais amplas, para estabilizar o compromisso com esse “nobre sonho”, nas suas várias formas nos períodos em que era dominante. Na consideração do período final – o declínio pós 1970 dos ideais da objetividade – ele nota que, apesar de muitas pioneiras do feminismo e historiadores críticos do conceito de raça nos anos 1960 e 1970 pretenderem desafiar os pressupostos da inevitabilidade da formação de estruturas sociais de raça e gênero, isso não significou necessariamente que questionassem os ideais da objetividade dominantes na história profissional, pelo menos não de início (cf. Novick, 1988, p. 469-520). Entretanto, ao expor a parcialidade da pesquisa histórica corrente, seus programas de pesquisa dissidentes minaram a autoridade das normas convencionais de justificação, desestabilizando os ideais a-perspectivos de objetividade. Seu grau de construtivismo sempre foi ao menos reformista, se não revolucionário, em relação aos pressupostos institucionais racistas, mas rapidamente foi além dessas reivindicações substantivas, implicando as normas epistêmicas que estavam na sua base.

Em vários campos, a pesquisa feminista seguiu esse padrão de crítica aprofundada. Dorothy Smith, que juntamente com Nancy Hartsock (1983) articulou a base lógica para a teoria do ponto de vista feminista, expôs de modo bastante explícito os padrões metodológicos e os ideais epistêmicos estruturantes da sociologia da época como patriarcais, “práticas reinantes” elitistas, quaisquer que fossem as pretensões de neutralidade e inevitabilidade invocadas (Smith, 1974; 1978). Seu grau de construtivismo foi irônico e revolucionário, e destinava-se não apenas a neutralizar o “eclipse” teórico e descritivo das mulheres entre outros sujeitos marginalizados da pesquisa sociológica (cf. Smith, 1987, p. 17), mas também a desafiar a influência dos ideais a-perspectivos da objetividade, associados aos compromissos positivistas que emprestavam autoridade àqueles relatos. Nisso, ela não esteve de forma alguma isolada, mas um grande número de outras pesquisadoras feministas distanciou-se de qualquer

¹ (NT) Diz-se da palavra cuja forma negativa exerce a função afirmativa, ou seja, “*veste as calças*”. A expressão foi usada originalmente por John Austin para explicitar as complexidades inerentes à noção de “*real*”, cujo significado, entre outros requisitos de compreensão, deriva de conceitos excluídos (cf. Austin, 1962, p. 70).

crítica das normas que definem o que é fazer pesquisa confiável em suas disciplinas. Utilizando modos convencionais de investigação, elas corrigiram erros androcêntricos, preencheram lacunas e abriram novas linhas de pesquisa em uma prática descrita por Sandra Harding, em meados dos anos 1980, como empirismo feminista espontâneo ou ingênuo (cf. Harding, 1986, p. 161-2; Hundleby, 2007, p. 31-2). Mesmo quando sua motivação era claramente política – neutralizar o androcentrismo e o sexismo das tradições estabelecidas da pesquisa; entender as condições de opressão para modificá-las efetivamente – elas defenderam vigorosamente os ideais convencionais da objetividade. Entretanto, esse mesmo processo de remediação não poderia senão minar a confiança naqueles ideais. Se a ciência como de costume, neutra e a-perspectiva, é autocorretiva, por que somente quando uma massa crítica de mulheres trouxe para seus respectivos campos uma perspectiva ligada ao gênero e em alguns casos claramente feminista, aquelas insistentes omissões e distorções androcêntricas e sexistas foram identificadas? Os sucessos desses programas de pesquisa, ao mesmo tempo críticos e construtivos, expuseram os interesses localizados imbricados no sistema de referência de pressupostos e questionaram as normas de justificação que permitiram que permanecessem sem serem testados. Em resumo, as análises construtivistas têm tendência a propagar-se; é difícil circunscrever seu alcance pelo alvo ou pelo grau de compromisso.

A formação da arqueologia de gênero é um exemplo desse processo e nesse contexto, argumentarei, as desaprovações de suas “associações” feministas são em grande parte um exercício de contenção da ameaça aos ideais canônicos “isentos-de-valor” da objetividade que esse programa de pesquisa inadvertidamente revelou. Embora leve em conta as razões de prudência para essa resposta, acredito que se perde uma oportunidade crucial se não aceitarmos esse desafio epistêmico mais amplo e reavaliarmos as concepções de objetividade que informam a base do trabalho arqueológico.

2 A FORMAÇÃO DA “ARQUEOLOGIA DE GÊNERO”

A primeira chamada à ação foi uma conferência explicitamente feminista, “Were they all men?” (“Eram todos homens?”), organizada em 1979 por um coletivo de arqueólogas norueguesas que fundou o jornal feminista *Kvinner Arkeologi Norge* (1985-2007). As atas desse encontro só apareceram em 1987 (cf. Bertelsen; Lillehammer & Næss), embora uma discussão relacionada, envolvendo questões de equidade para mulheres na arqueologia e a necessidade de “tornar de gênero” a pesquisa arqueológica, tenha surgido na Grã-Bretanha durante o meio tempo, sob a forma de *workshops*, sessões de congressos e um número especial do *Archaeological Review from Cambridge*, intitulado “Mulheres e arqueologia” (cf. Arnold *et al.*, 1988), e, nos Estados Unidos, Meg Conkey

e Janet Spector (1984) publicaram um artigo bastante influente, delineando as perspectivas de um programa explicitamente feminista para a pesquisa em arqueologia. Elas frisaram que, apesar da notável desatenção com questões acerca de papéis e relações de gênero no passado cultural, os arqueólogos não silenciaram a respeito; rotineiramente recorreram a pressupostos gênero-normativos não verificados em qualquer situação, desde atribuições de função a tipos de artefatos e sítios, a relatos explanatórios de processos de transformação cultural em larga escala. Uma avaliação crítica há muito necessária prometia revelar uma série de inovadoras linhas de pesquisa. Para mobilizar o interesse nessa agenda de pesquisa, Conkey convocou uma conferência de trabalho com convite, juntamente com Joan Gero, em 1988. Poucos participantes haviam considerado anteriormente questões relativas a mulheres e gênero. De fato, como Ruth Tringham nos diz da sua reação ao convite da conferência, ela estava “convencida que as diferenças de gênero não eram visíveis nos registros arqueológicos” e, na sua “fase de protesto envergonhado”, resistiu firmemente à reavaliação do conhecimento convencional e das estratégias aceitas de pesquisa: “meu desejo de manter a respeitabilidade e a credibilidade como arqueóloga científica foi mais forte que minha motivação para considerar as relações de gênero” (1991, p. 93-5). Apesar disso, todos os participantes, inclusive Tringham, relataram resultados surpreendentes quando reexaminaram bases de dados conhecidas, teorias explanatórias dominantes e convenções de interpretação amplamente aceitas com o olhar voltado para o que estava faltando e o que poderia ser aprendido, iniciando a análise das questões de papéis e relações de gênero, das divisões de trabalho submetidas ao gênero e do simbolismo sexo/gênero. O resultado foi *Engendering archaeology: women and prehistory* (Gero & Conkey, 1991), uma coleção de ensaios abrangendo tópicos desde a reanálise das interpretações sexistas e presentistas da arte paleolítica e neolítica até uma exploração do papel das divisões de trabalho baseadas no gênero na sustentação do sistema tributário asteca e na formação do estado inca,² incluindo propostas de reconceituação da pesquisa em áreas tão diversas quanto a produção lítica e de cerâmica, a pesca de mariscos e a colheita de sementes. Dois exemplos ilustram os tipos de crítica que mobilizaram a arqueologia de gênero e os promissores insights construtivos que surgiram à medida que ela era formulada.

Questionando criticamente o “ofuscamento” sistemático dos papéis femininos, Patty Jo Watson e Mary Kennedy (1991) avaliaram suposições a respeito do desenvolvimento da horticultura na região dos Eastern Woodlands norte-americanos.³

2 (NT) O “presentismo”, ou seja, a prevalência ou ampla dominância, a partir das últimas décadas da história da humanidade, do presente sobre qualquer noção de passado ou futuro é um conceito desenvolvido por François Hartog (2003).

3 (NT) O termo indica genericamente os sítios pré-históricos entre o período arcaico dos caçadores-coletores e o dos agricultores do período mississipiano e refere-se à vasta zona de clima moderado que se estende a leste dos Estados Unidos e Canadá, do limite subártico até o Golfo do México, entre o Atlântico e o rio Mississipi, incluindo os grandes lagos.

O papel de Watson foi fundamental para estabelecer que a domesticação de plantas nessa região foi anterior e ocorreu independentemente da sua importação do complexo mesoamericano. Variedades domesticadas de uma série de plantas nativas – sabugueiro aquático (*Iva annua*), girassóis, pasto (*Phalaris caroliniana*), quenopódio (*Chenopodium*) – surgiram no registro arqueológico do período arcaico tardio (4300-3500 AP)⁴ e existem evidências que variedades de abóbora e milho, colheitas que se tornaram dominantes à época do contato com os europeus, foram desenvolvidas localmente a partir de formas importadas que se adaptavam mal à região. Por uma questão de argumento, Watson e Kennedy aceitaram o entendimento convencional de que as mulheres foram primeiramente responsáveis pela forragem de variedades selvagens antes da sua domesticação e pelo cultivo e processamento delas quando as práticas de horticultura foram estabelecidas. O que as intrigou foi um padrão teórico-explicativo pelo qual as mulheres sistematicamente “desapareciam” de qualquer papel ativo na transição cultural transformadora da forragem para a horticultura. Em um dos modelos, plantas nativas autosselecionadas por espessas camadas de casca de semente não fragmentadas no contexto de habitats de influência antrópica (*domestilocalities*): áreas alteradas propícias às ervas nativas criadas por assentamento humano próximo a recursos hídricos. Em outro modelo, abóboras e cabaças domesticadas por xamãs masculinos para uso em contexto ritual. Por que, perguntaram-se Watson e Kennedy, seria mais plausível que ervas nativas se auto domesticassem do que as mulheres serem responsáveis por esse primeiro passo no desenvolvimento de plantas cultivadas? E por que aceitar que as variedades rústicas de abóbora foram produzidas por homens com objetivos esotéricos ao invés do cultivo de alimentos por mulheres que supostamente possuíam o conhecimento especializado das espécies selvagens?

Um proeminente defensor da teoria da propagação de variedades selvagens em áreas de influência antrópica (*weedy camp followers*), Bruce Smith, criticou violentamente o que entendeu como uma demanda equivocada para a atribuição de “crédito de gênero” a atividades culturais fundamentais e inovações; ele defendeu uma teoria de “gênero neutro” para a domesticação de plantas, focada na dinâmica comunitária (cf. Smith, 1993). Mas o ponto central de muitas críticas iniciais do “desaparecimento” das mulheres e do gênero dos relatos arqueológicos do passado cultural era que os processos de larga escala “em nível de sistema” podem aparecer de formas muito diferentes dependendo do que se entende por dinâmicas intracomunitárias: de fato, às vezes as maiores transições culturais só podem ser compreendidas se a variabilidade das divisões de trabalho e a dinâmica social das pequenas comunidades e habitações forem consideradas seriamente. Um exemplo disso é um estudo subsequente da

4 (NT) Em inglês, a notação BP (Before Present) equivale em português à notação AP (Antes do Presente), usada em arqueologia para especificar quando ocorreu um evento no passado. Tomando por base o ano de 1950 – escolhido por ser o ano em que foram estabelecidas as curvas de calibração para datação por radiocarbono –, a notação 4300-3500 BP significa 4300-3500 anos antes de 1950, ou seja, o equivalente aproximado a 2350 aC -1550 aC.

paleo-etno-botânica de Gayle Fritz (1999) que levou adiante as questões levantadas pela crítica de Watson e Kennedy, reexaminando o caso da abóbora. Considerando o intervalo de 3.000 anos entre o surgimento da abóbora nos registros arqueológicos do nordeste americano e sua transformação em formas maiores com cascas espessas e sementes não amargas que se tornaram alimento básico, ela argumenta que sua domesticação inicial pode perfeitamente não estar relacionada à cultura alimentar. Mas, ao invés de invocar a hipótese do xamã, ela sugere que essas primeiras variedades de abóbora podem ter sido desenvolvidas como recipientes em contextos pré-cerâmicos e como flutuadores de redes de pesca nos rios. Apesar de “as mulheres terem sido quase certamente (...) domesticadoras e procriadoras das [sementes selvagens que posteriormente] foram domesticadas” (Fritz, 1999, p. 426), ela adverte que associações de gênero em relação à pesca com rede e atividades associadas ao uso de cabaças como recipientes são mais ambíguas. Na mesma linha de Watson e Kennedy, Fritz insiste no exame crítico e na fundamentação dos pressupostos básicos que orientam a interpretação arqueológica, estimulando os arqueólogos a “avaliarem o cenário com foco na tecnologia de pesca” (p. 424).

Uma segunda contribuição a *Engendering archeology* ilustra de que modo a atenção às relações sexo/gênero no âmbito das habitações pode reenquadrar pressupostos estabelecidos em um contexto muito diverso: a análise de Christine Hastorf do impacto da extensão do império inca nas habitações rurais dos Sausa nos Andes centrais durante o período pré-hispânico tardio.⁵ Hastorf trabalhou séries bem datadas de sepulturas durante a transição do período Wanka II (1300-1460) para o Wanka III (1460-1532) quando os incas expandiram-se nessa região, e com análises detalhadas de restos botânicos e artefatos que sugerem intenso processamento do milho nas habitações durante esse período. Quando Hastorf comparou o sexo biológico dos esqueletos com os perfis da dieta em vida, desenvolvidos a partir de análises de isótopos estáveis, ela identificou um impressionante padrão que não havia sido detectado previamente. Os perfis dietéticos para os restos mortais de indivíduos masculinos e femininos eram os mesmos até a chegada dos incas, mas, no período Wanka III tardio, os homens possuíam marcadores isotópicos muito mais altos para o consumo de milho ao passo que as mulheres não apresentavam mudança na dieta. Registros etno-históricos indicam que os incas recrutavam homens em idade adulta nos povoados rurais para servirem como trabalhadores em regime de corveia, alimentando-os com milho e cerveja de milho (*chicha*). Aliada à evidência de intensificação da produção de milho, Hastorf

5 (NT) Os ancestrais dos Sausa ou Xauxa viveram nas terras altas (ou puna) do norte do Mantaro – um vale fluvial interandino a 250 quilômetros a leste de Lima na atual província de Jauja no Peru central – por mais de dois mil anos. Os restos arqueológicos desse grupo étnico, considerado o mais importante agrupamento humano existente na região quando chegaram os incas, justificaram o desenvolvimento de um dos projetos mais relevantes realizados no Peru, o *Upper Mantaro Archaeological Research Project* (UMARP), que estabeleceu uma periodização regional com base em distintas fases arqueológicas identificadas pela denominação “Wanka” (ou Huanca) (cf. Hastorf, 1990).

levanta a hipótese de um aumento da “circunscrição das atividades femininas durante a fase inca da vida dos Sausa”, relacionado a uma “arregimentação do trabalho feminino para apoiar atividades sócio-políticas, que eram predominantemente atividades masculinas” (Hastorf, 1991, p. 148). Essas alterações nos papéis de gênero e divisões de trabalho são relevantes não apenas para a reconstrução das economias domésticas locais mas para a compreensão de processos mais amplos de formação do estado. Hastorf desafia o pressuposto de que habitações são blocos estáticos de construção social estruturados pelas necessidades da função reprodutiva das mulheres, com a ascensão e queda de impérios como função da negociação política entre homens em uma esfera pública distinta; as ambições imperiais dos incas dependeram de uma reconfiguração das relações de gênero no âmbito das divisões domésticas do trabalho.

Essas questões foram destaque nas atas da primeira conferência pública em larga escala sobre “A arqueologia de gênero”, tema escolhido pelos estudantes que organizaram a 22a. conferência anual (1989) de Chacmool na Universidade de Calgary. Para surpresa de todos os envolvidos, a chamada de trabalhos atraiu mais que o dobro das submissões apresentadas nas edições anteriores de Chacmool, resultando em um programa com mais de 100 contribuições (cf. Wylie, 1997, p. 83-4; Hanen & Kelley, 1992, p. 195-8). As atas foram publicadas dois anos depois (Walde & Willows, 1991) e nesse momento as comportas se abriram. Em 1991, a primeira de uma série de conferências australianas organizadas por Hilary du Cros e Laurajane Smith na Universidade Charles Sturt; as atas *Women in archeology: a feminist critique* (*Mulheres na arqueologia: uma crítica feminista*) apareceram em 1993. Em 1994, Cheryl Claassen organizou três conferências sobre “Arqueologia e gênero” na Universidade Estadual dos Apalaches em Boone, na Carolina do Norte (Joyce & Claassen, 1997, p. 2). Uma bibliografia compilada por Claassen em 1992 identificou 24 conferências de “arqueologia de gênero” apresentadas entre 1968 e 1988, das quais apenas duas foram publicadas; nos quatro anos seguintes, 1988-1992, o número de apresentações subiu para 260 e 40% delas foram impressas ou reproduzidas. Quatro anos depois, na introdução das atas da terceira conferência em Boone, Claassen fez novo inventário; em 1997, ela e Rosemary Joyce relataram que podiam “documentar mais de 450 contribuições relacionadas a mulheres, gênero ou feminismo, feitas por mais de 300 autores”, metade dos quais ainda não havia obtido um grau de doutorado (Claassen & Joyce, 1997, p. 1). A expectativa de que isso fosse apenas o início foi mais do que preenchida por um fluxo crescente de artigos, números especiais em revistas, volumes e monografias editadas que agora compõem o robusto corpus da arqueologia de gênero. A discussão foi muito além das provocações e as propostas criaram raízes em praticamente todos os subcampos da arqueologia, em todos os períodos e regiões estudadas pelos arqueólogos. Atualmente contam-se facilmente uma dúzia de antologias, revisões, manuais, resenhas, anuários e retrospectivas impressas. Em 2004, uma

nova geração de estudantes elegeu o tema “Que(er)stionando a arqueologia” (“Que(e)rying Archaeology”) para a 37ª conferência anual de Chacmool (cf. Terendy; Lyons & Janse-Smekal, 2009) com o objetivo de reengajar e estender a crítica aos pressupostos gênero-normativos iniciada 15 anos antes pelo marco da conferência de 1989. E, para celebrar o vigésimo aniversário da publicação de *Engendering Archeology*, Diane Bolger mapeou o “estado de conhecimento na área” em 30 ensaios substanciais reunidos na edição de 2013 do *Blackwell companion to gender prehistory*.

O resultado é que agora a arqueologia de gênero tem história, algumas vezes descrita pelo desenrolar de “ondas” que se movem de uma segunda vaga simplista relacionada à agenda feminista de “tornar as mulheres visíveis” para outra academicamente mais sofisticada, que reconhece categorias de gênero fluidas, não binárias e enfatiza a interseccionalidade (cf. Nelson, 2006). Quando Joyce e Claassen avaliaram a situação da arqueologia de gênero em 1997, elas descobriram que 90% do trabalho produzido nessa primeira década “explosiva” foi orientado pelo pensamento “militante do feminismo negro” (“*womanist*”). Pelo fato de o “gênero padrão em boa parte da pré-história convencional ser masculino e não neutro”, a maioria dos pesquisadores estava basicamente “preocupada com questões de ação, status, ou simplesmente com a presença da mulher nas sociedades do passado” (1997, p. 1) e, para levantar essas questões, apoiavam-se em métodos arqueológicos tradicionais e “bases de dados convencionais” (1997, p. 5). Joyce e Claassen julgaram que grande parte desse trabalho foi “teorizado de modo incompleto”; evidenciava pouco comprometimento com a literatura feminista e raramente problematizava o “gênero” (1997, p. 1-2), uma conclusão compartilhada por Conkey e Gero na avaliação do “gênero de gênero” (“*gender genre*”) em um Relatório Anual de Arqueologia (cf. 1997, p. 414). Apesar disso, ambas as resenhas reconhecem as promessas contidas nesse início: ao tornar impossível o desconhecimento das questões de gênero, esse nascente programa de pesquisa forçou uma “reavaliação da diversidade do registro arqueológico”, introduzindo modelos de diferenciação social mais complexos que problematizaram produtivamente “as construções arqueológicas da pré-história” (Joyce & Claassen, 1997, p. 5). Um exemplo que ilustra a crescente profundidade e sofisticação desse trabalho é um par de números especiais da revista *Historical Archaeology*, editados por Donna Seifert (1991b, 2005). O primeiro foi um amplo levantamento do “Gênero na arqueologia histórica”, que incluiu uma contribuição de Seifert a respeito da arqueologia dos bordéis nos bairros da classe trabalhadora (cf. Seifert, 1991a). Quinze anos depois havia suficiente pesquisa a respeito de “mulheres trabalhadoras” para embasar um segundo número especial dedicado à arqueologia da prostituição no século *xix* nos Estados Unidos, incluindo os prostíbulos da região de Five Points em Nova York,⁶ das cidades do oeste selvagem

6 (NT) Durante 70 anos, desde os anos 1820 até 1897, o bairro de Five Points na parte baixa de Manhattan foi o lugar onde Nova York concentrou seus males e conquistou a fama de abrigar a maior favela do mundo: casas divididas e cômodos subdivididos em cubículos minúsculos; famílias inteiras vivendo em desesperadora pobreza, desem-

associadas a tabernas (*saloons*), e na capital Washington. De início Seifert já enfatiza a complexidade desse registro arqueológico; prostitutas vivem e trabalham na fronteira das classes sociais de modo que a cultura material dos bordéis inclui louça de alta qualidade e itens “pessoais”, ao lado de material típico das coleções da classe trabalhadora, em combinações que variam dramaticamente conforme o lugar em questão. Essas coleções testemunham as complexidades intersetoriais do século XIX nos Estados Unidos, um contexto no qual as taxas de nascimento estavam caindo em 50%, a produção econômica havia sido desalojada das habitações de classe média e as habitações da classe trabalhadora dependiam de um fundo de renda do trabalho assalariado, reconfigurando significativamente os papéis e as perspectivas das mulheres (cf. Wall, 2005, p. 126-7). Isso corrobora, em alguns aspectos, as histórias locais de prostituição, mas também as contradiz de modos inesperados (cf. Seifert, 2005, p. 2), desafiando poderosamente os pressupostos homogeneizantes a respeito de normas de gênero e *status* de classe nesse período.

Um aspecto surpreendente dessa história da arqueologia de gênero é que as intervenções pontuais do início, destinadas a corrigir falhas específicas e preencher lacunas – incorporando mulheres e gênero à compreensão estabelecida do passado cultural –, em pouco tempo impulsionaram a pesquisa de gênero a explorar novas linhas de evidência, repensar modos convencionais de análise, e a expandir o alcance do conhecimento adquirido e os recursos teóricos em que se baseavam. Um dos desafios confrontados por Seifert foi a comparação arqueológica de prostíbulos com as habitações da classe trabalhadora, o que implicou na desarticulação de análises baseadas em categorias padronizadas de artefatos; os grupos funcionais usados convencionalmente para caracterizar as coleções do período histórico obscurecem a presença de artigos de toalete e acessórios que eram desproporcionalmente representados nas coleções de prostíbulos. Da mesma maneira, a linha que Fritz propôs para o entendimento da domesticação da abóbora implicava na exploração de linhas de evidência pouco estudadas, relevantes para o entendimento do uso de recipientes e práticas de pesca. Novos recursos teóricos também se fizeram necessários. Para dar sentido à complicada “retórica das relações sociais”, evidente no imaginário genderizado dos monumentos maias, Joyce valeu-se da análise performativa das categorias sexo/gênero de Judith Butler, analisando a apropriação do simbolismo de gênero tanto masculino quanto feminino pela elite no poder, no que descreve como uma performance altamente estilizada destinada a várias e diversas audiências (cf. Joyce, 1996). Em poucas palavras, por volta de 1997 as questões da “militância do feminismo negro” (“*womanist*” questions), por onde muito da arqueologia de gênero começou, estavam

prego, epidemias de cólera, tifo, tuberculose; especuladores ferozes; políticos desonestos; covil de criminosos; gangues rivais em guerra permanente; roubo, assassinato, lixo e morte. E, ainda assim, música, dança e vida (cf. Anbinder, 2001).

desestabilizando as categorias convencionais de sexo/gênero e, com elas, as convenções descritivas e metodológicas que trouxeram da arqueologia *mainstream*. “A categoria unitária ‘mulher’ oposta à igualmente unitária ‘homem’ estava ruindo” (cf. Joyce & Claassen, 1997, p. 11), e a arqueologia de gênero estava enfrentando o “paradoxo” de que a formação de seu programa de pesquisa dependia de “premissas de base e paradigmas de prática de pesquisa” inerentemente conservadoras (cf. Roberts, 1993, p. 18).

3 DISSOCIAÇÃO DAS “INFLUÊNCIAS FEMINISTAS”

Essa trajetória de crítica crescente apresenta uma surpreendente semelhança com o desenvolvimento dos programas de pesquisa feminista em campos estreitamente ligados nos últimos 25 a 30 anos, exceto pelo fato de que – à parte das feministas que se identificaram como tal, lançaram manifestos e organizaram as primeiras conferências – o que tomou forma não foi um programa de pesquisa feminista. Inicialmente assumi que, como em outros campos, a arqueologia de gênero ganhou ímpeto porque as primeiras chamadas de trabalho ecoaram compromissos feministas amplamente partilhados entre as mulheres na arqueologia. Ao descrever o desenvolvimento muito anterior da história das mulheres, Linda Gordon nota que “quase não é preciso mencionar que as releituras feministas do passado foram estimuladas pelos desafios políticos feministas às estruturas e relações atuais” (Gordon, 1986, p. 21). Também previ que o grau de compromisso construtivista responsável pela rápida aceitação da arqueologia de gênero seria crítico e reformista, senão revolucionário, e que na arqueologia, como em qualquer parte, as normas epistêmicas e as convenções metodológicas seriam tanto um alvo da análise crítica quanto um enquadramento de pressupostos gênero-normativos e representações do passado cultural. Certamente isso foi verdade para aquelas que foram as catalisadoras do desenvolvimento inicial da arqueologia de gênero, que não apenas desafiaram o sexismo e o androcentrismo impregnado no conteúdo da arqueologia *mainstream*, mas também questionaram as normas práticas que definem o que é fazer arqueologia e foram responsáveis ou, pelo menos, não foram coniventes com aqueles silêncios e distorções difundidos. Mas em meados dos anos 1990 estava claro que seu compromisso feminista com a análise construtivista desse alcance e grau – uma detalhada e autorreflexiva “interrogação da pesquisa arqueológica” – não era compartilhado pela maioria dos que se interessavam pela arqueologia de gênero (cf. Conkey & Gero, 1997, p. 425).

A evidência da dissociação do feminismo na academia veio inicialmente de uma análise do conteúdo dos resumos do programa de Chacmool em 1989, feita por Hanen e Kelley (1992). Elas relataram uma surpreendente ausência de conteúdo feminista: apenas um quinto dos colaboradores usaram os termos “feminista” e “feminismo”, e

somente alguns fizeram qualquer referência à literatura, autores, influências ou ideias feministas (cf. Hanen & Kelley, 1992, p. 198-200). As respostas dos colaboradores de Chacmool a uma pesquisa que fiz em 1991 deixaram claro que essa “escassez” de compromisso feminista refletia exatamente a familiaridade declarada da maioria dos participantes com a pesquisa feminista em outros campos e o envolvimento deles no ativismo de questões femininas (cf. Wylie, 1997, p. 94-5). Virtualmente todos os 72% de participantes que responderam à pesquisa disseram ter comparecido por causa do tema, embora menos de um quinto das mulheres tenha participado antes de uma conferência em Chacmool – elas vieram especificamente porque estavam interessadas em “arqueologia de gênero” – enquanto mais da metade dos homens eram participantes regulares. Além disso, enquanto três quartos dos que responderam à pesquisa afirmaram ter interesse anterior em questões de gênero, menos da metade declarou qualquer envolvimento prévio com estudos femininos ou familiaridade com bolsas de estudo feministas, e menos ainda participaram de grupos de mulheres ou tiveram algum tipo de ativismo em questões de mulheres. Como era de se esperar, quase metade das mulheres e mais da metade dos homens deixou claro que não associava o interesse em gênero com compromissos ou filiação feministas. Isso é especialmente significativo se considerarmos que a representação de mulheres nessa conferência mais que inverteu a proporção de mulheres para homens na arqueologia norte-americana da época: 80% dos presentes eram mulheres, comparados a aproximadamente 36% dos membros da Sociedade Americana de Arqueologia em 1989 (cf. Patterson, 1995, p. 107-8). Embora o tema da conferência tenha repercutido claramente entre as mulheres, atraindo-as da Europa e da Austrália assim como de todas as partes da América do Norte, a maioria rejeitou qualquer elemento feminista nesse interesse.

À primeira vista isso pode ter parecido uma “lamentável”, embora compreensível, “peça do explosivo desenvolvimento nesse campo” (cf. Joyce & Claassen, 1997, p. 13-4); se aqueles interessados em gênero como tópico de pesquisa tinham pouca familiaridade ou conexão anterior com os estudos femininos ou com o movimento feminino seria necessário algum tempo para obter-se e integrar contribuições relevantes ao conhecimento acadêmico feminista. Uma década depois, entretanto, era evidente que a ausência de referências à linguagem e associações feministas, patentes nos resumos de Chacmool, não foi acidental; um certo número de defensores da arqueologia de gênero solicitou explicitamente sua dissociação do feminismo (cf. Englestad, 2007, p. 223-6). Mais surpreendente é o argumento usado, em uma monografia de arqueologia de gênero, por Marie Louise Stig Sørensen (2000). Em contraste irônico com a análise de Hanen e Kelley (1992), ela declara que a arqueologia de gênero foi, para seu detrimento, profundamente influenciada pelas políticas feministas. Ela descreve essas influências como “estupidificantes” (cf. Sørensen, 2000, p. 4) – “meramente reacionárias” (p. 5) –, culpando-as pela “marginalização dos estudos de

gênero” na arqueologia (Sørensen, 2000, p. 11). Desde então, ela reiterou esses temas em termos menos combativos na sua contribuição ao *Companion to gender prehistory*, editado por Bolger (cf. Sørensen, 2013).

A reação de Sørensen evidencia uma profunda ambivalência a respeito do feminismo, concebido nos termos dos estereótipos populares do feminismo cultural ou radical dos anos 1970, e combinado à ansiedade dos anos 1990 no que diz respeito às políticas identitárias. Há muito a dizer acerca do que ela omite e deturpa naquele trabalho, o que deixei de lado em vista dos objetivos deste artigo; concentro-me então em duas vertentes de sua crítica das “influências feministas”, as quais, na sua leitura, confinaram a arqueologia de gênero a preocupações demasiadamente restritas da militância do feminismo negro. A primeira é sua objeção aos compromissos feministas que responsabiliza pelas concepções insuficientemente teorizadas, essencialistas, de sexo/gênero nas quais a arqueologia de gênero se apoiou (cf. Sørensen, 2000, p. 11). Aqui, a ironia é que as acadêmicas feministas – trabalhando na teoria e na pesquisa empírica de uma ampla variedade de campos – estiveram na linha de frente do desenvolvimento de sofisticadas críticas ao essencialismo muito antes de a arqueologia de gênero tomar forma; e é precisamente a dificuldade em incorporar esse extenso corpo de sofisticados estudos feministas que a crítica interna responsabilizou, a partir de meados dos anos 1990, pela fragilidade da arqueologia na “questão de gênero” (cf. Conkey & Gero, 1997, p. 423, 425-6). A segunda vertente, minha principal preocupação, é a ansiedade epistêmica que uma arqueologia explicitamente feminista seja “apenas política”, como os críticos do *mainstream* têm abertamente proclamado. Na leitura de Sørensen, afirmar que a pesquisa “inspirada no feminismo” pode produzir “interpretações feministas mais confiáveis” equivale a endossar uma epistemologia autodestrutiva que não pode levar senão ao relativismo no atacado (Sørensen, 2000, p. 35). Sørensen é explícita ao afirmar que as influências feministas são um risco porque incorporam uma agenda social-constructivista em relação a normas epistêmicas; elas sustentam “uma noção de multivocalidade e de construtibilidade do conhecimento” (p. 35), que implica no risco inevitável de reduzir a pesquisa a “uma questão de políticas mais do que de conhecimento” (p. 36). Ela está preocupada que um grau feminista de crítica constructivista, colocando em questão as normas epistêmicas que definem a arqueologia enquanto disciplina, seja finalmente “incompatível com o estudo objetivo da sociedade”, e que a associação da arqueologia de gênero com tal crítica implique no “perigo da marginalização” (Sørensen, 2000, p. 36).

O aglomerado de compromissos epistêmicos que Sørensen aconselha os arqueólogos de gênero a não confrontar são princípios convencionais do vernáculo positivista que se enraizaram na arqueologia, entre outras ciências sociais, nos anos 1960 e 1970 (cf. Wylie, 2002), e que continuam a dominar o debate público a respeito da credibilidade da ciência. Eles pressupõem uma distinção clara entre os valores e in-

teresses sociais, contextuais – considerações contingentes, não cognitivas, que não deveriam jamais se imiscuir na prática da ciência –, e os valores “cognitivos”, epistêmicos, tais como a adequação empírica e os cânones da racionalidade científica, que deveriam ser os únicos fatores a desempenhar um papel nos “contextos de justificação”. Nesta leitura, a pesquisa científica está irremediavelmente comprometida se estiver influenciada por interesses individuais e por compromissos sociais e políticos. Esta é, reconhecidamente, uma variante do ideal *a-perspectivo* que, segundo Daston e Galison, expandiu-se nas ciências no século XIX, mas, apesar da sua influência continuada, foi amplamente contestado em meados do século XX (cf. Daston & Galison, 2007, p. 190). Endossar esse ideal de objetividade significa ignorar não somente os estudos históricos-sociais que documentam a influência onipresente dos fatores ocasionais, contextuais na prática científica, mas décadas de crítica filosófica: argumentos indicativos de risco datando dos anos 1950 (cf. Rudner, 1953; Douglas, 2000), e sucessivas gerações de análise contextual que se apoiaram no argumento da subdeterminação para estabelecer que o julgamento científico não pode ser fundamentado exclusivamente por considerações epistêmicas e cognitivas e que, finalmente, colocaram em questão a divisão social/cognitivo (cf. Longino, 1990, 2002; Intemann, 2005).

Esses debates foram replicados no contexto da arqueologia antropológica sob a forma de um conflito prolongado entre os defensores de uma “nova arqueologia” autoconscientemente científica que obteve um grande e rápido sucesso no final dos anos 1960 – um programa de pesquisa caracterizado pelo comprometimento com uma metodologia explicitamente positivista e com o objetivo de edificação em nível de sistema de explanações “processuais” da dinâmica cultural – e um contingente crescente de críticos “pós-processuais” que rejeitaram tanto os compromissos positivistas quanto o descompromisso destes últimos com a ação e sua preocupação com os determinantes ecológicos do comportamento humano (cf. Wylie, 1997, p. 85-7). Essas “guerras teóricas” claramente polarizadoras estavam no auge quando a conferência de Chacmool de 1989 foi convocada e, apesar de aparentes afinidades óbvias entre a crítica pós-processual e a agenda da arqueologia de gênero, de fato, a maioria dos que responderam à minha pesquisa não admitiu qualquer simpatia pelo pós-processualismo. Nesse contexto, a “arqueologia na questão de gênero” reduzia-se ao uso de métodos de pesquisa convencionais respeitáveis, destinados a avaliar criticamente demandas do passado cultural que se apoiavam em pressupostos amplamente disseminados da “naturalidade” dos papéis, relações e instituições de sexo/gênero. Foi reformista em relação a essas demandas e pressupostos, mas circunscreveu agudamente onde as questões reflexivas eram pertinentes, como permaneceram despercebidas por tanto tempo, por que a crítica surgiu nessa conjuntura, e quais as implicações que isso teria para as normas de justificação subjacentes.

4 IDEAIS DE OBJETIVIDADE

As ansiedades epistêmicas que animam a rejeição de influências feministas por Sørensen refletem tanto as ambiguidades sistemáticas na maneira como usamos o termo “objetividade”, quanto o pressuposto de que a única alternativa a concepções a-perspectivas de objetividade é a capitulação diante de um corrosivo relativismo. Atribuimos “objetividade” a pelo menos o seguinte:

- O1** a objetos: o “realmente real”; objetos de conhecimento que existem e cujas propriedades existem independentemente do conhecimento que possuímos delas (cf. Lloyd, 1995, p. 353);
- O2** a reivindicações de conhecimento: virtudes epistêmicas tais como adequação empírica (amplitude e profundidade), coerência interna, consistência externa, poder explanatório (cf. Kuhn, 1977, p. 321);
- O3** a conhecedores individuais: agentes epistêmicos imparciais, sem preconceitos cujo entendimento aproxima-se de um “olhar de lugar nenhum” (cf. Nagel, 1986);
- O4** a conhecedores coletivos: comunidades de conhecedores cujos procedimentos para a ratificação das reivindicações de conhecimento contrabalançam as tendências idiossincráticas e as várias formas de isolacionismo e erro que podem surgir nas dinâmicas de deliberação coletiva (cf. Longino, 2002, p. 128-33).

A acusação feita por Sørensen de influências feministas na arqueologia pressupõe uma noção amplamente compartilhada de que a objetividade no terceiro sentido (**O3**) pode ser tomada como substituto para o segundo sentido (**O2**): as reivindicações de conhecimento endossadas por conhecedores aparentemente imparciais exemplificam o aglomerado de virtudes epistêmicas comumente associadas à “objetividade” do conhecimento ou, inversamente, uma condição necessária para as reivindicações de conhecimento serem confiáveis é que tenham partido de tais agentes epistêmicos. A suspeita de que um agente epistêmico (individual ou coletivo) é “parcial” torna-se motivo para descartá-lo por pouca credibilidade e para rejeitar qualquer reivindicação de conhecimento que promova. Como estabelecem as análises de injustiça epistêmica, os julgamentos de credibilidade de conhecedores frequentemente acompanham a posição social e o poder mais que o recurso epistêmico e fidedignidade (cf. Fricker, 2007), o que pode gerar padrões sistemáticos de falso reconhecimento epistêmico: excesso de credibilidade no caso daqueles que se encaixam em normas sociais dominantes de autoridade e déficit de credibilidade para aqueles que não se encaixam nelas. Uma implicação dessa análise é que suspeitas de parcialidade costumam recair em

qualquer um, ou em qualquer grupo social, cuja identidade é “marcada”, por exemplo, como uma “mulher arqueóloga” ou como uma “arqueóloga feminista”.

Em contraste com esse aglomerado de pressupostos, uma tradição bem estabelecida de análise feminista da ciência estabeleceu convincentemente que **O3**, a imparcialidade normativa de um agente epistêmico, não é de modo algum um substituto confiável ou condição necessária para **O2**, reivindicações de conhecimento credível, confiável. Volta e meia o erro sistemático e a distorção nas reivindicações de conhecimento, ratificados por pesquisadores aparentemente imparciais, comprometidos com o que tomam por um programa de pesquisa de orientação neutra, só foram reconhecidos quando despertados por um olhar crítico vindo de fora da comunidade de pesquisa, ou por profissionais *insiders*, mas *outsiders* sociais (cf. Wylie, 2012). Nesses casos, a posição marcada e frequentemente marginalizada daqueles que não se ajustam à norma social/demográfica dominante de uma comunidade de pesquisa provou sua contribuição melhorando os limites epistêmicos em todos os sentidos capturados por **O2**. A arqueologia é só, entre muitos, o exemplo mais recente e as intervenções feministas são apenas uma de uma série de posturas críticas dissidentes que provaram ser epistemicamente produtivas dessa forma. Nisso, as intervenções feministas exemplificaram uma ideia central da teoria do ponto de vista: a de que agentes epistêmicos reflexivos, localizados, especialmente os *insiders-outsiders*, frequentemente levam considerável vantagem quando se trata de reconhecer a influência e as limitações do sistema de referência de pressupostos que os marcam como *outsiders*, mas que os *insiders* podem considerar natural.

5 A ARQUEOLOGIA DE GÊNERO COMO PONTO DE VISTA?

Ao invocar a teoria do ponto de vista estou ciente de que devo relatar como ela pode ser reformulada de modo a responder às objeções que foram levantadas contra ela durante os anos 1990 e que foram invocadas por Sørensen (cf. 2000, p. 36): a de que o conceito de um “ponto de vista” feminista ou predominantemente de gênero pressupõe um essencialismo sexo/gênero; e a de que a valorização epistêmica de conhecedores subdominantes toma a forma de uma tese de privilégio epistêmico automático (cf. Wylie, 2003, 2012). Nessa construção, diz-se dos teóricos do ponto de vista que eles endossam uma forma epistêmica de política identitária que simplesmente inverte as atribuições identitárias de credibilidade epistêmica típicas de um status quo elitista, tomando a minoria ou o *status* marginal, ao invés da reputação profissional ou do privilégio social, como substituto para a ratificação das reivindicações de conhecimento. De fato, é difícil identificar um teórico do ponto de vista que tenha endossado tal po-

sição; as formulações da teoria do ponto de vista variam amplamente, mas compartilham um conjunto de princípios básicos que são bem mais sutis do que esse.

O ponto de partida para a teoria do ponto de vista tal como a reconstruo é a de uma *tese de conhecimento localizado* que enfatiza as condições estruturais, ao invés das idiossincráticas, que afetam a ação epistêmica. É a tese de que a experiência e o entendimento dos indivíduos são moldados pelos sistemas de diferenciação social que estruturam e são, por sua vez, estruturados pelas condições materiais de suas vidas, as relações de produção e reprodução que constituem suas interações sociais, e os recursos culturais/conceituais que lhes são disponíveis, como consequência dessas condições sistêmicas, para representar e interpretar essas mesmas relações. A teoria do ponto de vista chama a atenção para as várias formas de falso reconhecimento que não apenas marginalizam agentes epistêmicos como não fidedignos ou ignorantes, mas também tornam ininteligíveis quaisquer conceitos diferenciados, enquadramentos interpretativos, e modos de entender o mundo que surgem de sua experiência localizada, inclusive sua experiência de marginalidade.

Como gênero de epistemologia social essas reivindicações a respeito da natureza localizada e relacional da ação epistêmica não são incomuns. O que os teóricos do ponto de vista acrescentam é uma *tese de inversão*: a de que os sistematicamente marginalizados, social e culturalmente, política e economicamente, podem ser, de fato, epistemicamente favorecidos em alguns aspectos. Eles podem ter formas de experiência diferenciadas e recursos conceituais que os colocam em posição de conhecer coisas diferentes, ou saber melhor de algumas coisas, do que aqueles que comparativamente são privilegiados. A teoria do ponto de vista é, então, uma situação epistêmica caracterizada por um compromisso em reconhecer e contrabalançar *insights* e recursos epistêmicos obscurecidos por padrões enraizados de injustiça testemunhal e hermenêutica (cf. Fricker, 2007). Estas vantagens epistêmicas podem ser caracterizadas em termos bastante prosaicos como uma função do acesso diferenciado à evidência, das capacidades para uma detecção de padrão, e de um repertório ampliado de heurísticas interpretativas e recursos explanatórios (cf. Wylie, 2003). Assim concebida, a tese de inversão não reivindica o privilégio epistêmico automático ou abrangente; os teóricos do ponto de vista reconhecem rotineiramente os déficits epistêmicos que resultam de ou, na verdade, são instrumentais para a manutenção de várias formas de opressão (cf. Narayan, 1988; Wylie & Sismondo, 2015, p. 325). O que proclamam é que devemos estar preparados para reconhecer *vantagens epistêmicas* contingentes e problemas específicos onde quer que existam, com particular atenção para os conhecedores marginalizados cujo conhecimento e experiência são sistematicamente descartados.

Um aspecto final da teoria do ponto de vista, especialmente relevante nesse caso, é o de uma *tese de concretização*. Um “ponto de vista” não deve ser identificado ou reduzido aos efeitos epistêmicos de uma localização socialmente subdominante.

A experiência localizada é um recurso fundamental, mas a articulação de um ponto de vista epistemicamente importante requer, da mesma maneira, uma “prática crítica”, ou seja, a articulação de um “tema coletivo de crítica despersonalizada” através de análises sistemáticas da produção social da diferença e dos modos em que isso configura a produção e a autorização de conhecimento (cf. Hennessy, 1993). Um ponto de vista surge quando os que são marginalizados, e descartados em função disso, desenvolvem um *ponto de vista crítico de produção de conhecimento*, especificamente, o conhecimento de fazer e ratificar práticas de uma comunidade de pesquisa dominante ou, mais genericamente, de uma cultura dominante.

Considerada nesses termos a arqueologia de gênero parece uma anomalia. O que mobilizou a crítica generalizada de pressupostos sexo/gênero, tidos como certos na arqueologia, não foi um ponto de vista feminista amplamente adotado; ao contrário, como sugerem Hanen e Kelley, foi uma sensibilidade “de base” de que os papéis e as relações de gênero não podem ser tratados como invariáveis, como determinados biologicamente. Análises posteriores dos dados da conferência de Chacmool em 1989 apoiam essa leitura e fornecem alguns detalhes sugestivos. Descobri que, embora a idade média de homens e mulheres presentes à conferência fossem similares – 43 anos comparados a 40 anos, respectivamente – sua distribuição nas classificações etárias era muito diferente. Em conjunto, 60% das mulheres agrupavam-se na faixa etária de 26 a 40 anos, ao passo que a distribuição masculina era bimodal. Menos de um terço dos homens estava nessa faixa etária; a maioria era significativamente mais jovem ou mais velha. A maioria das mulheres que participaram da conferência entrou na área no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, atingindo seu ponto máximo em um período em que a representação de mulheres mais que dobrou; sua filiação à SAA (Society for American Archaeology) passou de 15% para 36% (cf. Patterson, 1995, p. 107). A própria presença feminina na área colocou em questão pressupostos enraizados a respeito dos papéis e capacidades das mulheres, a respeito do que é ser um arqueólogo, e o que os indicadores sociais relevantes significam em termos de autoridade profissional e epistêmica. A “sensibilidade de gênero”, a que se referem Hanen e Kelley (1992, p. 203), foi, penso eu, um alerta experimental, primariamente entre as mulheres, da contingência das normas de gênero que surgiu da sua experiência enquanto membros dessas primeiras coortes em que uma massa crítica de mulheres entrou na área. Embora não teorizada, colocou-as em posição de reconhecer a incoerência e a não plausibilidade de pressupostos gênero-normativos que não somente estruturavam seus contextos de trabalho, mas estavam enraizados no quadro conceitual do projeto de pesquisa. Como Bolger nota na introdução ao Blackwell companion, elas “sentiram uma conexão direta, palpável, entre seus empreendimentos acadêmicos e suas experiências pessoais na cultura androcêntrica de sua própria disciplina (cf. Bolger, 2013, p. 5). E inicialmente, pelo menos, elas trataram essas questões em igualda-

de de condições, no terreno (relativamente) seguro da pesquisa acadêmica, como um tema da pesquisa arqueológica.

Para estabelecer a distinção entre conhecimento localizado e ponto de vista, as arqueólogas de gênero apoiaram-se na sua experiência enquanto mulheres em um campo altamente masculinizado (cf. Moser, 2007) – *insiders profissionais mas outsiders* no gênero em um momento crítico de mutação demográfica – mas muitas não desenvolveram, ou resistiram ativamente, à articulação de um ponto de vista crítico na produção de conhecimento na arqueologia, tanto em relação às normas disciplinares que questionaram quanto à sua própria prática dissidente. Em relação a isso, argumento, a arqueologia de gênero foi prejudicada, não por corrosivas influências feministas, como afirma Sørensen, mas por uma preocupação ansiosa em circunscrever as questões epistêmicas levantadas por seus próprios *insights* críticos a respeito das omissões e distorções inerentes às representações convencionais do passado cultural. Existe uma tensão fundamental inerente no gesto duplo pelo qual Sørensen reconhece a originalidade das contribuições feitas pelas arqueólogas de gênero, mas rejeita a análise construtivista da qual elas surgem, bloqueando qualquer implicação em que a imparcialidade da arqueologia-como-de-costume (*archaeology-as-usual*) é questionada desse modo e insistindo que um ponto de vista explicitamente feminista de autoridade epistêmica pode tão somente comprometer a integridade epistêmica do projeto de pesquisa.

Meu ponto aqui não é cínico nem irônico. Na verdade, meus objetivos e simpatias convergem para Sørensen na medida em que ela se preocupa em defender a credibilidade da arqueologia de gênero contra aqueles que a descartam completamente, por contaminação de valores contextuais e interesses políticos, diante de qualquer suspeita de simpatias pelo feminismo por parte de seus adeptos. Na elaboração dessa leitura histórico-social geral de como e porque a arqueologia de gênero tomou forma na arqueologia nos anos 1990, meu objetivo é evidenciar os traços contingentes de ação epistêmica que foram obscurecidos pelos ideais de objetividade defendidos por Sørensen. Ao invés de evitar o desafio epistêmico colocado produtivamente pela arqueologia de gênero, argumento que seus defensores deveriam enfrentá-lo diretamente: encoraja uma extensão de seu construtivismo social incipiente e relutante.

6 UMA PROVOCAÇÃO PARA A ARQUEOLOGIA DE GÊNERO

Minha provocação é então que as arqueólogas de gênero deveriam reconhecer orgulhosamente que fizeram uso de uma ação epistêmica localizada, e cultivar ativamente um ponto de vista crítico em relação aos ideais que a negam. Deveriam não se envergonhar de adotar um grau ativo de construtivismo, reformista se não revolucionário,

em relação aos ideais epistêmicos capturados pelas “palavras-elevadores” acionadas para justificar as normas vigentes de justificação. Eu defendo uma reconceituação da objetividade em termos que compreendam os recursos oferecidos pela ação epistêmica localizada, e argumento que isso requer um reconhecimento de que a análise construtivista tem um papel central no bom funcionamento das comunidades de pesquisa.

A leitura que proponho é um híbrido de várias oferecidas atualmente: reserva um lugar central para a consideração das virtudes epistêmicas – **O₂** – que constroem a confiabilidade do conhecimento; vincula-se a problema e contexto, e a características da prática epistêmica de indivíduos e comunidades que com maior probabilidade promoverão as virtudes **O₃** e **O₄**. Nesse sentido, encorajo uma especificação das virtudes epistêmicas **O₂** que tem importância em um determinado contexto para a exigência de que uma justificação explícita seja dada dos modos que foram priorizados e interpretados na aplicação. A isso, acrescento a necessidade de examinarmos as condições de bom funcionamento das comunidades de pesquisa capturadas pelos ideais **O₄** de objetividade, naturalizando o procedimentalismo de Longino (2002, p. 128-33). É uma questão de indagar, em termos empíricos e filosóficos, como as comunidades de pesquisa podem mobilizar mais efetivamente os diversos recursos epistêmicos disponibilizados não apenas por todos os membros de suas próprias comunidades, mas também, e fundamentalmente, pelos *outsiders*: parceiros, comunidades afetadas, colaboradores potenciais e críticos especialmente bem situados para fornecer um ponto de vista crítico em convenções disciplinares (cf. Wylie, 2015). Argumento que condições específicas para a realização de **O₂** e **O_{3/O₄}** requerem uma análise social-construtivista; para julgarmos a credibilidade de reivindicações de conhecimento e de comunidades epistêmicas devemos levar em conta os efeitos epistêmicos da diferenciação social sistemática. Na linha do apelo de Harding por uma “objetividade forte” (1993), um conceito procedimental de objetividade requer uma adjudicação de segunda ordem das condições pelas quais o conhecimento é produzido e ratificado, ao mesmo tempo que uma adjudicação de primeira ordem da evidência e da inferência que surgiram para apoiá-lo. A análise construtivista é, nessa leitura, um indispensável conjunto de ferramentas para calibrar nossa confiança na autoridade da comunidade de pesquisa, determinando se as reivindicações que ela ratifica ajustam-se ao objetivo (específico), e assegurando a possibilidade de uma crítica transformadora. Colocar em prática essa leitura de objetividade e instituir essas práticas de exame crítico continuado é o desafio epistêmico mais urgente de nosso tempo, relevante para qualquer campo que ainda esteja fascinado pelo encantamento de um “olhar de lugar nenhum”. ☹

Traduzido do original em inglês por Norma Leonor Hall Freire.

Alison WYLIE
Philosophy Department,
University of Washington, Seattle, United States.
Durham University, United Kingdom.
aw26@uw.edu

What knowers know well:
standpoint theory and gender archeology

ABSTRACT

In this article, I argue that – in exposing the androcentrism of taken-for-granted framework assumptions and calling into question the reliability of entrenched norms of justification – gender archaeology is best understood as a form of reluctant social constructivism. It inadvertently exposes the contingency of foundational commitments, of content and of practice, that had been presumed to be neutral with respect to the situated interests of practitioners, context-independent and trans-historically stable. But, far from fatally undermining the objectivity of the enterprise, I argue that these more radical implications of gender archaeology illustrate the value of social constructionist analysis as an epistemic resource. We should attend to the positive epistemic role it can play as a catalyst for the kinds of transformative criticism that are essential to well-functioning science. I argue that a commitment to ongoing constructionist analysis should be a central component of proceduralist conceptions of objectivity that take seriously the need to mobilize rather than marginalize the diverse epistemic resources of situated knowers.

KEYWORDS • Gender archaeology. Objectivity. Standpoint theory. Feminist philosophy of science. Social constructionism.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCOFF, L. & POTTER, E. (Ed.). *Feminist epistemologies*. New York: Routledge, 1993.
- ANBINDER, T. *Five points: the nineteenth-century New York City neighborhood that invented tap dance, stole elections and became the world's most notorious slum*. New York: The Free Press, 2001.
- ARNOLD, K. et al. Special issue: women and archaeology. *Archaeological Review from Cambridge*, 7, 1, 1988.
- AUSTIN, J. L. *Sense and sensibilia*. Oxford: Oxford University Press, 1962.
- BACUS, E. A. et al. *A gendered past: a critical bibliography of gender in archaeology*. Ann Arbor: University of Michigan Museum of Archaeology, 1993. (Technical Report 25).
- BERTELSEN, R.; LILLEHAMMER, A. & NÆSS, J. R. (Ed.). *Were they all men? An examination of sex roles in prehistoric society*. Stavanger: Arkeologist Museum i Stavanger, 1987.
- BOLGER, D. (Ed.). *A companion to gender prehistory*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2013.
- BOLGER, D. Introduction: gender prehistory – the story so far. In: BOLGER, D. (Ed.). *A companion to gender prehistory*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2013. p. 1-20.
- CLAASSEN, C. & JOYCE, R. A. (Ed.). *Women in prehistory: North America and Mesoamerica*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1997.

- CONKEY, M. W. & GERO, J. Programme to practice: gender and feminism in archaeology. *Annual Review of Anthropology*, 26, p. 411-38, 1997.
- CONKEY, M. W. & SPECTOR, J. D. Archaeology and the study of gender. *Advances in Archaeological Method and Theory*, 7, p. 1-38, 1984.
- DASTON, L. Objectivity and the escape from perspective. *Social Studies of Science*, 22, p. 597-618, 1992.
- DASTON, L. & GALISON, P. Objectivity. New York: Zone Books, 2007.
- DE LAURENTIS, T. (Ed.). *Feminist studies; critical studies*. Bloomington: Indiana University Press, 1986.
- DOUGLAS, H. Inductive risk and values in science. *Philosophy of Science*, 67, 4, p. 559-79, 2000.
- DU CROS, H. & SMITH, L. (Ed.). *Women in archaeology: a feminist critique*. Canberra: Department of Prehistory, Research School of Pacific Studies, The Australian National University, 1993. (Occasional Papers in Prehistory, 23).
- EMBREE, L. (Ed.). *Metaarchaeology: reflections by archaeologists and philosophers*. Boston: Kluwer, 1992.
- ENGELSTAD, E. Much more than gender. *Archaeological Method and Theory*, 14, 3, p. 217-34, 2007.
- FIGUEROA, R. & HARDING, S. (Ed.). *Science and other cultures: issues in philosophies of science and technology*. New York: Routledge, 2003.
- FRICKR, M. *Epistemic injustice: power and the ethics of knowing*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- FRITZ, G. J. Gender and the early cultivation of gourds in Eastern North America. *American Antiquity*, 64, 3, p. 417-29, 1999.
- GERO, J. M. & CONKEY, M. W. (Ed.). *Engendering archaeology: women and prehistory*. Oxford: Basil Blackwell, 1991.
- GORDON, L. What's new in women's history. In: DE LAURENTIS, T. (Ed.). *Feminist studies; critical studies*. Bloomington: Indiana University Press, 1986. p. 20-30.
- HACKING, I. *The social construction of what?* Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- _____. Why ask what? In: HACKING, I. *The social construction of what?* Cambridge: Harvard University Press, 1999. p. 1-34.
- HANEN, M. P. & KELLEY, J. Gender and archaeological knowledge. In: EMBREE, L. (Ed.). *Metaarchaeology: reflections by archaeologists and philosophers*. Boston: Kluwer, 1992. p. 195-227.
- HARDING, S. *The science question in feminism*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.
- _____. Rethinking standpoint epistemology: what is "strong objectivity"? In: ALCOFF, L. & POTTER, E. (Ed.). *Feminist epistemologies*. New York: Routledge, 1993. p. 49-82.
- HARDING, S. & HINTIKKA, M. B. (Ed.). *Discovering reality: feminist perspectives on epistemology, metaphysics, methodology and philosophy of science*. Boston: Reidel, 1983.
- HARTOG, F. *Régimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Éditions du Seuil, 2003.
- HARTSOCK, N. C. M. The feminist standpoint: developing the ground for a specifically feminist historical materialism. In: HARDING, S. & HINTIKKA, M. B. (Ed.). *Discovering reality: feminist perspectives on epistemology, metaphysics, methodology and philosophy of science*. Boston: Reidel, 1983. p. 283-310.
- HENNESSY, R. Women's lives/feminist knowledge: feminist standpoint as ideology critique. *Hypatia*, 8, 1, p. 14-34, 1993.
- HESSE-BIBER, S. N. (Ed.). *Handbook of feminist research: theory and praxis*. Thousand Oaks: Sage, 2007.
- HSTORF, C. A. One path to the heights: negotiating political inequality in the Sausa of Peru. In: STEADMAN, U. (Ed.). *The evolution of political systems: socio-politics in small scale sedentary societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 146-76.
- _____. Gender, space, and food in prehistory. In: GERO, J. M. & CONKEY, M. W. (Ed.). *Engendering archaeology: women and prehistory*. Oxford: Basil Blackwell, 1991. p. 132-59.
- HUNDLEBY, C. Feminist empiricism. In: HESSE-BIBER, S. N. (Ed.). *Handbook of feminist research: theory and praxis*. Thousand Oaks: Sage, 2007. p. 29-44.
- INTEMANN, K. Feminism, underdetermination, and values in science. *Philosophy of Science*, 72, p. 1001-12, 2005.

- JOYCE, R. A. The construction of gender in classic Maya monuments. In: WRIGHT, R. P. (Ed.). *Gender and archaeology*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1996. p. 167-95.
- JOYCE, R. A. & CLAASSEN, C. Women in the ancient Americas: archaeologists, gender and the making of prehistory. In: CLAASSEN, C. & JOYCE, R. A. (Ed.). *Women in prehistory: North America and Mesoamerica*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1997. p. 1-16.
- KUHN, T. S. *The essential tension: selected studies in scientific tradition and change*. Chicago: University of Chicago Press, 1977.
- _____. Objectivity, value judgment, and theory choice. In: KUHN, T. S. *The essential tension: selected studies in scientific tradition and change*. Chicago: University of Chicago Press, 1977. p. 320-39.
- LLOYD, E. A. Objectivity and the double standard for feminist epistemologies. *Synthese*, 104, p. 351-81, 1995.
- LONGINO, H. E. *Science as social knowledge: values and objectivity in scientific inquiry*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- _____. The fate of knowledge. Princeton: Princeton University Press, 2002.
- MOSER, S. On disciplinary culture: archaeology as fieldwork and its gendered associations. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 14, p. 235-63, 2007.
- NAGEL, T. *The view from nowhere*. Oxford: Oxford University Press, 1986.
- NARAYAN, U. Working together across difference. *Hypatia*, 32, p. 31-48, 1988.
- NELSON, S. M. The professional is political. In: GELLER, P. L. & STOCKETT, M. K. (Ed.). *Feminist anthropology: past, present and future*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006. p. 156-66.
- NOVICK, P. *That noble dream: The "objectivity question" and the American historical profession*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- PADOVANI, F.; RICHARDSON, A. & TSOU, J. Y. *Objectivity in science: new perspectives from science and technology studies*. Switzerland: Springer, 2015.
- PATTERSON, T. C. *Toward a social history of archaeology in the United States*. Orlando: Harcourt Brace, 1995.
- ROBERTS, C. A critical approach to gender as a category of analysis in archaeology. In: DU CROS, H. & SMITH, L. (Ed.). *Women in archaeology: a feminist critique*. Canberra: Department of Prehistory, Research School of Pacific Studies, The Australian National University, 1993. (Occasional Papers in Prehistory, 23). p. 16-21.
- RUDNER, R. The scientist qua scientist makes value judgments. *Philosophy of Science*, 20, p. 1-6, 1953.
- SEIFERT, D. J. Within sight of the White House: the archaeology of working women. *Historical Archaeology*, 25, 4, p. 82-108, 1991a.
- SEIFERT, D. J. (Ed.). Special issue: gender in historical archaeology. *Historical Archaeology*, 25, 4, 1991b.
- _____. Special issue: Sin city. *Historical Archaeology*, 39, 1, 2005.
- SMITH, B. D. Reconciling the gender-credit critique and the flood-plain weed theory of plant domestication. In: STOLTMAN, J. B. (Ed.). *Archaeology of eastern North America: papers in honor of Stephen Williams*. Jackson: Center for Archaeological Investigations/Southern Illinois University, 1993. p. 111-25.
- SMITH, D. E. Women's perspective as a radical critique of sociology. *Sociological Inquiry*, 44, 1, p. 7-13, 1974.
- _____. A peculiar eclipsing: women's exclusion from man's culture. *Women's Studies International Quarterly*, 1, p. 281-95, 1978.
- _____. *The everyday world as problematic: a feminist sociology*. Toronto: University of Toronto Press, 1987.
- SØRENSEN, M. L. S. *Gender archaeology*. Cambridge: Polity Press, 2000.
- _____. The history of gender archaeology in Northern Europe. In: BOLGER, D. (Ed.). *A companion to gender prehistory*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2013. p. 397-412.
- STEADMAN, U. (Ed.). *The evolution of political systems: socio-politics in small scale sedentary societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

- STOLTMAN, J. B. (Ed.). *Archaeology of eastern North America: papers in honor of Stephen Williams*. Jackson: Center for Archaeological Investigations/Southern Illinois University, 1993.
- TERENDY, S.; LYONS, N. & JANSE-SMEKAL, M. (Ed.). *Que(e)rying archaeology: proceedings of the 37th Chacmool Conference*. Calgary: Archaeological Association of the University of Calgary, 2009.
- TRIGHAM, R. E. Households with faces: the challenge of gender in prehistoric archaeological remains. In: GERO, J. M. & CONKEY, M. W. (Ed.). *Engendering archaeology: women and prehistory*. Oxford: Basil Blackwell, 1991. p. 93-131.
- WALDE, D. & WILLOWS, N. (Ed.). *The archaeology of gender. Proceedings of the 22nd Annual Chacmool Conference*. Calgary: University of Calgary Archaeological Association, 1991.
- WALL, D. Comments on "Sin city". *Historical Archaeology*, 39, 1, p. 126-32, 2005.
- WATSON, P. J. & KENNEDY, M. C. The development of horticulture in the eastern woodlands of North America: women's role. In: GERO, J. M. & CONKEY, M. W. (Ed.). *Engendering archaeology: women and prehistory*. Oxford: Basil Blackwell, 1991.
- WRIGHT, J. V. (Ed.). *International encyclopedia of the social and behavioral sciences*. 2 ed. Oxford: Elsevier, 2015.
- WRIGHT, R. P. (Ed.). *Gender and archaeology*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1996.
- WYLIE, A. Feminist critiques and archaeological challenges. In: WALDE, D. & WILLOWS, N. (Ed.). *The archaeology of gender. Proceedings of the 22nd Annual Chacmool Conference*. Calgary: University of Calgary Archaeological Association, 1991. p. 17-23.
- _____. The engendering of archaeology: refiguring feminist science studies. *Osiris*, 12, p. 80-99, 1997.
- _____. *Thinking from things: essays in the philosophy of archaeology*. Berkeley: University of California Press, 2002.
- _____. The conceptual core of the new archaeology. In: WYLIE, A. *Thinking from things: essays in the philosophy of archaeology*. Berkeley: University of California Press, 2002. p. 57-77.
- _____. Why standpoint theory matters. In: FIGUEROA, R. & HARDING, S. (Ed.). *Science and other cultures: issues in philosophies of science and technology*. New York: Routledge, 2003. p. 24-48.
- _____. Feminist philosophy of science: standpoint matters. *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association*, 86, 2, p. 47-76, 2012.
- _____. A plurality of pluralisms: collaborative practice in archaeology. In: PADOVANI, F.; RICHARDSON, A. & TSOU, J. Y. *Objectivity in science: new perspectives from science and technology studies*. Switzerland: Springer, 2015. p. 189-208.
- WYLIE, A. & SISMONDO, S. Standpoint theory in science. In: WRIGHT, J. V. (Ed.). *International encyclopedia of the social and behavioral sciences*. 2 ed. Oxford: Elsevier, 2015. p. 324-30.

